



Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 6, n. 1, jun 2007.

AVALIAÇÃO ESCOLAR: COMO MEDIR O CONHECIMENTO?

Marilurde Oliveira Rezende de Souza¹

Universidad Técnica de Comercialización y Desarrollo (UTCD)
sede296@net.ms.gov.br

RESUMO

Este artigo objetivou, principalmente, verificar como se pode medir o conhecimento dos alunos, utilizando-se das várias formas da avaliação escolar, que não somente a avaliação diagnóstica. A avaliação educativa, ao contrário, sem deixar de ser objetiva e controlar os processos científicos e pedagógicos, tende a produzir os debates, a reconhecer a diversidade de idéias, a interpretar a pluralidade, a construir novos sentidos, a questionar a razão dos projetos e currículos, a valorar a inserção crítica e produtiva na sociedade, a dinamizar a construção da autonomia.

Palavras-chave: Avaliação; Escola; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aimed at, mainly, to verify as she can measure the students' knowledge, being used in the several ways of the school evaluation, that not only the evaluation diagnostic. The educational evaluation, to the opposite, without leaving of to be objective and to control the scientific and pedagogic processes, tends to produce the debates, to recognize the diversity of ideas, to interpret the plurality, to build new senses, to question the reason of the projects and curricula, to value the critical and productive insert in the society, the dinamic the construction of the autonomy.

Key words: Evaluation; School; Learning.

¹ Especialista em Educação; Professora e Diretora Escolar da Rede Estadual de Educação de Campo Grande - MS. Mestranda em Educação.



INTRODUÇÃO

Uma instituição educativa é construída por diferentes estruturas e intrincadas teias de relações de vários sentidos que a constituem de forma muito complexa. O fim de uma instituição educativa é a formação, que diz respeito a todos os que convivem nessa comunidade educativa e que não se reduz simplesmente à preparação ou treinamento profissional, nem somente à necessária capacitação técnica, tampouco ao imprescindível domínio do saber e do saber-fazer.

A avaliação educativa deve consistir, então, em seu núcleo essencial, em pôr em questão, de modo radical, a formação tomada em seu sentido forte e pleno. Se a formação é o principal objeto que corresponde à questão “o que avaliar?”, a avaliação educativa é um processo que fundamentalmente deve se dedicar a avaliar a realização humana em suas múltiplas dimensões e sentidos que uma instituição está produzindo. Nesta perspectiva, as questões fundamentais que a avaliação deve afrontar dizem respeito primordialmente aos significados da existência humana e da sociedade que a instituição está promovendo por meio de suas atividades formativas. Por isso, não deve ser tarefa individual.

AValiação DO RENDIMENTO ESCOLAR

Segundo os PCN's (BRASIL, 1998), a avaliação é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Acontece contínua e sistematicamente através da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno. Possibilita conhecer o quanto ele se aproxima ou não da expectativa de aprendizagem que o professor tem em determinados momentos da escolaridade, em função da intervenção pedagógica realizada. Portanto, a avaliação da aprendizagem só pode acontecer se for relacionada com as oportunidades oferecidas, isto é,



analisando a adequação das situações didáticas propostas aos conhecimentos prévios dos alunos e aos desafios que estão em condições de enfrentar.

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho, e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio (BRASIL, 1998).

A avaliação investigativa inicial instrumentalizará o professor para que possa pôr em prática seu planejamento de forma adequada às características de seus alunos. Esse é o momento em que o professor vai se informar sobre o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo para, a partir daí, estruturar sua programação definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados. A avaliação inicial serve para o professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos, assim como para o aluno tomar consciência do que já sabe e do que pode ainda aprender sobre um determinado conjunto de conteúdos. Essas avaliações não devem ser aplicadas exclusivamente nos inícios de ano ou de semestre; são pertinentes sempre que o professor propuser novos conteúdos ou novas seqüências de situações didáticas (SOBRINHO, 2003).

O processo também contempla observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos ao final de um período de trabalho, seja esse determinado pelo fim de um bimestre ou de um ano, seja pelo encerramento de um projeto ou seqüência didática. Na verdade, a avaliação contínua do processo acaba de subsidiar a avaliação final, isto é, se o professor acompanha o aluno sistematicamente ao longo do processo, pode saber, em determinados momentos, o que o aluno já aprendeu sobre os conteúdos trabalhados. Esses momentos, por outro lado, são importantes por se



constituírem em boas situações para que os alunos e professores formalizem o que foi e o que não foi aprendido (BRASIL, 1998).

Utilizar uma avaliação como instrumento para o desenvolvimento das atividades didáticas requer que ela não seja interpretada como um momento estático, mas antes como um momento de observação de um processo dinâmico e não linear de construção de conhecimentos (HADJI, 2001).

Na escola pública e privada o índice de reprovação é significativo. Uma das causas do fracasso escolar está diretamente relacionada à prática pedagógica do professor, pois é este, que avalia de acordo com seus critérios os procedimentos. Sendo assim é ele o responsável pela exclusão ou inclusão do educando na instituição. É a partir da avaliação do aluno, que o professor mantém ou reformula seus planos (BRASIL, 1998).

Ocorre que todas as decisões nem são neutras, nem arbitrárias. Os professores devem respeitar o indivíduo e a sociedade na qual está inserido. As primeiras discussões sobre avaliação educacional e rendimento escolar chegaram até nós via psicologia da educação dedicado à psicomетria numa época em que nos primeiros laboratórios de psicologia experimental, criados na Alemanha, a própria psicologia começava a ganhar condição de ciência. Essa condição baseia-se nos critérios da contiguidade aplicáveis às ciências naturais, em que a observação, a verificação e a experimentação são tidas como condições indispensáveis, para a criação de princípios, leis e teorias (HADJI, 2001).

Na ciência, o objetivo é aquilo que pode ser palpado, medido, observado. Na educação, mais precisamente na avaliação, temos que tratar alunos como coisas. Em consequência a nota, conceito, são buscados a todo custo. Por conseguinte, quanto maior a objetividade mais o procedimento afasta-se das características humanas. Para alguns professores as mudanças comportamentais dos alunos devem ser observadas e sempre que possível quantificada. Isto explica a valorização dos testes e provas aplicadas para avaliar o aluno. Com isto formaram-se critérios formalistas para definição e seleção de um bom professor (SOBRINHO, 2003).



A avaliação deve diagnosticar, retro-informar e favorecer o desenvolvimento individual. No procedimento de avaliação devem-se considerar testes organizados pelo professor, coleção de produtos de trabalho do aluno, registros dos resultados de observação das discussões dos alunos, comentários, entrevistas com alunos ou grupo, análise da escrita, etc. A avaliação deve ser desenvolvida cooperativamente por professores, alunos, pais e diretores (HADJI, 2001, p. 75).

Como se pode observar a avaliação do rendimento escolar está relacionada à fragmentação da avaliação, por conseguinte, podendo excluir o aluno da instituição e da sociedade, através da desmotivação, do desrespeito do professor ou de um conselho que não avaliou seu aluno na totalidade (BRASIL, 1998).

A avaliação tem passado por experiências significativas que contribuíram para delinear com maior clareza seus contornos conceituais. Experiências em redes públicas, especialmente a exercitada no ciclo básico, apontaram os caminhos da avaliação processual e interativa inerente ao próprio projeto de ensinar. Por esse caminho, as práticas com maior ou menor intensidade, revitalizaram o princípio da avaliação como fundamento não desligado do planejar, do praticar, do ensinar, do aprender; enlaçando professor, aluno, escola, metodologias, conteúdos e todo o projeto pedagógico (HADJI, 2001, p. 60).

Com a implantação do regime de ciclos em alguns estados, essa prática avaliativa recebeu tempo e espaço propícios para seu fortalecimento,



porque o projeto de organização pedagógica deixa de conceber um ensino fatiado em séries para atendê-lo como um tempo de trabalho global organizado em anos. Recusada pela legislação, a avaliação classificatória parece perder adeptos, lugar e renovação conceitual. Até mesmo o nome tradicional perde sua legitimidade, porque não é mais o rendimento escolar que é medido, mas o trabalho pedagógico realizado pela escola e por todos os seus membros. Esta é a avaliação que os discursos e a própria produção acadêmica recomendam (SOBRINHO, 2003).

A redefinição de avaliação educacional deve ser o vínculo indivíduo-sociedade, numa dimensão histórica. Devido a isto, uma avaliação de rendimento escolar deve contemplar: percepção, pensamento, imaginação, emoção e expectativa, tudo deve ser registrado. Se os professores criarem limites para as ações dos alunos, estes não conseguirão construir seus pensamentos e por causa disto podem estagnar ou até retrocederem. A construção do conhecimento está vinculada à história do aluno, através de experiências já vivenciadas na vida real e na atividade prática (HADJI, 2001).

FORMAS DE AVALIAÇÃO

A educação é um processo e, como tal, é uma atividade sujeita a uma contínua revisão, renovação, ajuste e aprimoramento. Uma das formas para diagnosticar a necessidade de mudanças neste processo é a avaliação. Os objetivos e formas de avaliação são muito variados, dentre eles: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa (DEPRESBÍTERIS, 1989).

Avaliação Diagnóstica

Tem como propósito permitir ao professor conhecer o seu aluno. Esse conhecimento é necessário para saber quem é esse aluno, o que ele sabe, assegurando-se de que o aluno foi corretamente 'enturmado' e que tem condições



de cursar a série na qual se matriculou. Trata-se de um mecanismo de triagem que pode e deve ser refeita em qualquer momento que o professor ou a escola detectarem problemas graves de aprendizagem, desmotivação e outros (SOBRINHO, 2003).

Cada diagnóstico tem objetivos próprios. O que avaliar depende daquilo que se quer saber. O que se quer saber, por sua vez, depende da experiência e das informações prévias, sobretudo das suspeitas que o professor ou a escola desenvolvem a respeito do estado do conhecimento dos alunos. Se a escola mantém registros, a análise e a troca de informações entre professores pode fornecer dados úteis, que possibilitarão um novo diagnóstico (HADJI, 2001).

Na avaliação diagnóstica existem alguns tipos de instrumentos específicos para avaliar o aluno, tais como: entrevistas com o aluno, com ex-professores, orientadores, pais ou familiares; consulta ao histórico escolar, fichas de anotações da vida escolar do aluno; observação do aluno, principalmente nos primeiros dias de aula; testes de conhecimento ou pré-requisitos elaborados pelo professor ou pela escola. Os testes de diagnósticos permitem que algumas decisões sejam tomadas, entre elas incluem: tratamento especializado no caso de detectada alguma deficiência; 'enturmação' do aluno em classe adequada para seu nível de desempenho e desenvolvimento; ajustamento do programa do curso às características dos alunos, tanto no que se refere aos conteúdos, níveis, tipos de aplicação quanto a outros elementos que tornem o curso mais motivador (SOBRINHO, 2003).

Avaliação Formativa

A avaliação formativa pode referir-se tanto à aprendizagem do aluno quanto à avaliação de outros objetivos educacionais mais amplos como atitudes, à programas ou materiais de ensino. Concentraremos a discussão na avaliação da aprendizagem do aluno. O propósito deste tipo de avaliação é formar, fazer o que for preciso para que o aluno atinja os resultados previstos. Ou seja, a



avaliação formativa serve para corrigir rumos, rever, melhorar, reformar e adequar o ensino de forma que o aluno, atinja seus objetivos de aprendizagem. Nesse sentido, ela não avalia apenas o aluno, mas usa o desempenho do aluno para avaliar a adequação e eficácia do ensino. O princípio que comanda esse tipo de avaliação é: se o aluno não aprendeu, é porque o ensino não foi adequado (LUCKESI, 2002).

A avaliação formativa é usada pelo professor: diariamente, ao rever cadernos ou deveres de casa, fazer e receber perguntas, observar o desempenho dos alunos nas atividades em classe; ocasionalmente, por meio de provas e outros instrumentos mais ou menos formais, para aferir a aprendizagem do aluno; periodicamente, utilizando testes no final de cada subunidade, unidade, projeto, bimestre ou semestre. Essa avaliação pode ser feita de maneira contínua e informal, no dia-a-dia da sala de aula, e pode também ser feita em oportunidades regulares, incluindo o uso de instrumentos mais formais como: sabatinas, testes, provas, apresentação de relatórios e trabalhos. Qualquer que seja o instrumento, forma ou informal, o objetivo da avaliação formativa é assegurar que: o professor e o aluno possam identificar corretamente os tipos e causas dos erros apresentados pelo aluno; se os alunos estão atingindo os resultados pretendidos (SOBRINHO, 2003).

Avaliação Somativa

A palavra somativa vem de soma, algo cumulativo. A avaliação somativa é uma decisão que leva em conta a soma de um ou mais resultados. Ela pode ser baseada numa só prova final, num exame vestibular, concurso ou no resultado acumulado de outras provas. O fato de a avaliação somativa poder ser cumulativa, não significa que ela seja contínua: a decisão é tomada de uma vez, o que se acumula são os dados que permitirão fazer a decisão. Essa decisão, no entanto, deve ser feita de maneira global, tendo em vista tanto os seus resultados quanto seus processos e progressos, bem como suas conseqüências e



implicações para o aluno e sua capacidade para lidar com os desafios do próximo ano ou próximo curso (SOBRINHO, 2003).

A avaliação somativa é feita pelo próprio professor, utilizando como padrão de comparação as normas da escola ou o currículo. O objetivo pode ser de comparar o aluno consigo mesmo, com os colegas da turma ou com objetivos estabelecidos para a turma. O que se pretende é avaliar: o nível de conhecimento adquirido pelo aluno, os progressos realizados pelo aluno no período letivo, se o aluno tem condições de ser promovido para o próximo ano (HADJI, 2001).

FUNÇÃO DA AVALIAÇÃO

A avaliação deve ter função diagnóstica que permite verificar se o aluno possui ou não conhecimentos necessários para o curso, também de medida, onde analisa seu desempenho, em certos momentos e em diversas funções. É graças à função diagnóstica que se pode verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno (DEPRESBÍTERIS, 1989). O aluno se sente estimulado a trabalhar de forma produtiva quando percebe que há uma finalidade na proposta do professor, onde seus resultados estão sendo valorizados ou reestudados juntamente com o professor e que seu desempenho é comparado com ele próprio e que seus progressos e dificuldades são vistos a partir de seu próprio padrão de desempenho, necessidades e possibilidades (HADJI, 2001).

CONCLUSÃO

A avaliação não deve reduzir-se à medida, que ela não se limita aos instrumentos, tampouco se satisfaz com objetos definidos que possam ser cabal e acabadamente explicados. Entende-se que ela é um universo de significações abertas, que adquire força e se expande por meio de processos de interatividade ou de comunicação intersubjetiva e construção coletiva. A avaliação assim compreendida é uma prática social orientada, sobretudo, para produzir



questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, políticos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo e não simplesmente uma operação de medida e muito menos um exercício autocrático de discriminação e comparação. O sentido educativo da avaliação se potencia ainda mais quando os próprios agentes de uma instituição se assumem como protagonistas da tarefa avaliativa. Mais que como um simples controle, a avaliação há de ser concebida como um processo temporal, portanto, que considera as distintas particularidades e dinâmicas, e que requer para o mesmo objeto múltiplos questionamentos, geralmente heterogêneos e até mesmo contraditórios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DEPRESBITERIS, Lea. **O Desafio da avaliação da aprendizagem**. São Paulo : EPU, 1989.

HADJI, Charles. **A avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.